



Transformando a Realidade Rural: o papel do cooperativismo de crédito na inclusão social e financeira e de assentamentos de reforma agrária

Ricardo Alberti¹
Janaína Balk Brandão²
Vitor Kochhann Reisdorfer²

Resumo: Os assentamentos de reforma agrária são compostos por famílias que buscam obter seu sustento através da agricultura. No entanto, muitas dessas famílias enfrentam dificuldades sociais e financeiras. É nesse contexto que este estudo busca compreender o papel das cooperativas de crédito na redução da discriminação e no acesso ao crédito para as famílias assentadas no município de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma pesquisa exploratória descritiva, utilizando uma abordagem qualitativa para compreender a perspectiva das famílias assentadas em relação ao seu relacionamento com as cooperativas de crédito e os bancos. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e analisados utilizando a análise de conteúdo com a análise temática. Os resultados foram divididos em duas categorias: o cooperativismo como agente social na redução da discriminação e no acesso ao crédito. Na categoria "o cooperativismo como agente social na redução da discriminação", são apresentadas discussões sobre o acesso igualitário ao crédito agrícola, a participação e governança democrática, a educação e capacitação financeira, bem como o apoio e acompanhamento técnico. Já na categoria "o cooperativismo como agente social no acesso ao crédito", são discutidas a redução da burocracia nas atividades financeiras, a existência de juros e prazos personalizados, e o entendimento dos associados em relação ao compartilhamento de riscos. O estudo é composto por relatos e discussões, e as principais conclusões apontam para uma forte presença das cooperativas de crédito como uma plataforma para a promoção da justiça social e como agente de fomento ao desenvolvimento das famílias assentadas.

Palavras-chave: Cooperativa de crédito; Assentamento; Discriminação; Fomento ao Crédito.

Transforming Rural Reality: the role of credit cooperatives in social and financial inclusion and agrarian reform settlements

Abstract: The agrarian reform settlements consist of families seeking to earn their livelihood from agriculture. However, many of these families face social and financial difficulties. It is within this context that this study aims to understand the role of credit unions in reducing discrimination and improving access to credit for families settled in the municipality of Júlio de Castilhos, in Rio Grande do Sul. To achieve this objective, a descriptive exploratory research was conducted, employing a qualitative approach to grasp the perspective of settled families regarding their relationship with credit unions and banks. Data were collected through semi-structured interviews and analyzed using content analysis with thematic analysis. The results were divided into two categories: cooperativism as a social agent in reducing discrimination and facilitating access to credit. In the category "cooperativism as a social agent in reducing discrimination," discussions revolve around equal access to agricultural credit, democratic participation and governance, financial education and training, as well as technical support and monitoring. The category "cooperativism as a social agent in accessing credit" addresses the reduction of bureaucracy in financial activities, the provision of personalized interest rates and terms, and the members' understanding of risk sharing. The study comprises accounts and discussions, and the main conclusions highlight the significant presence of credit unions as a platform for promoting social justice and fostering the development of settled families.

Keywords: Credit Union; Settlement; Discrimination; Credit Promotion.

¹ Doutorando em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM. Autor Correspondente: r-alberti@live.com

² Professores do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da UFSM.

Introdução

Os assentamentos de reforma agrária no Brasil são, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2023), conjuntos de unidades agrícolas que se dividem em parcelas ou lotes e destinadas para uma família de agricultor ou trabalhador rural que não tem condições econômicas de adquirir um imóvel rural. A família produtora ou o produtor rural que for beneficiado com um lote de terra deve residir e explorar o lote, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas.

Muitas dúvidas surgem sobre como são formados os assentamentos de reforma agrária. Com base nos estudos de Silva (2017) entende-se que a formação de um assentamento de reforma agrária segue um processo envolvendo seis etapas, a primeira (pode ser conturbada em alguns casos) que é a identificação de áreas que podem ser destinadas à reforma agrária, essa identificação pode ocorrer por diferentes formatos, o primeiro é a desapropriação que ocorre quando as terras não estão cumprindo com seu papel de utilidade pública, necessidade pública ou interesse social (FIALHO, 2021), neste caso o poder público toma posse das terras mediante o pagamento de uma indenização justa e prévia em dinheiro ao proprietário do bem (SILVA, 2017). A desapropriação, mesmo sendo uma de promover a redistribuição da terra para quem realmente precisa é também polêmica e pode envolver disputas judiciais e conflitos com os proprietários.

Outras formas do poder público adquirir terras são: por meio da compra e venda ou por meio de acordos com proprietários rurais que desejam ceder parte de suas terras para a reforma agrária. Após a seleção de uma área de terras para o assentamento inicia-se a segunda etapa, que é a seleção das famílias que serão beneficiadas com os lotes, essa seleção ocorre com base em critérios definidos pelo Incra que levam em conta aspectos socioeconômicos como a condição de sem-terra, a vulnerabilidade social, a disponibilidade de mão de obra e outras características.

A terceira etapa é a visita do Incra para a demarcação dos lotes de terra para avaliar a viabilidade de instalação das famílias, é nesse momento que é realizada a verificação dos dados geodésicos dos lotes para o seu cadastramento no Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO) (INCRA, 2023). Para a demarcação dos lotes o Incra (2023) observa os seguintes critérios: grau de utilização da terra; existência de benfeitorias; aptidão agrícola; localização; dimensão do imóvel; preservação dos recursos naturais. Cabe ressaltar que, de acordo com a Lei nº 8.629/93, o tamanho dos lotes pode diferir entre municípios, pois é definido de acordo com o módulo fiscal do município onde se localiza o imóvel rural, desta forma varia entre 5 a 110 hectares.

A quarta etapa é a disponibilização de infraestrutura das áreas, essa etapa compreende a abertura de estradas, construção de pontes, instalação de energia elétrica, disposição de água potável e esgoto, assim como a organização de

Alberti et al.

serviços vinculados à saúde e educação para os agricultores que pertencem ao assentamento.

A quinta etapa é a distribuição dos lotes, que ocorre através de um sorteio para distribuição entre as famílias beneficiárias. E a sexta e última etapa é a instalação das famílias em seus respectivos lotes, nessa etapa o Inbra disponibiliza orientação e o suporte técnico para que possam iniciar a produção agrícola e gerar renda para suas famílias.

É após a instalação das famílias que se inicia o processo de ambientalização das famílias à comunidade onde o assentamento será inserido, que pode ou não ser bem recebido no município. Alguns trabalhos apresentam esse cenário, como o de Zenaratti (2021, p. 565), o autor identifica que no Brasil existe os movimentos sociais que propiciam a democratização do acesso aos recursos naturais adquirem um estigma de “invasores de terras” e “improdutivos”, por essa razão acabam enfrentando dificuldades para obter “crédito, assistência técnica e infraestrutura”. No estudo de Andrade e Moraes (2017, p. 379), as autoras perceberam que as famílias assentadas são estigmatizadas como serem pobres e assentadas, tendo em vista que esse estigma causa “sentimentos de vergonha, culpa e desvalorização por parte das famílias”.

Tais resultados não são recentes, pois em 1997, Waniez e Brustlein (1997, p. 51), em seu artigo “Atlas dos beneficiários da reforma agrária”, indicaram que os assentados enfrentavam desafios vinculados ao acesso à crédito, educação e saúde, mas a mais grave era o preconceito e discriminação recebidos da sociedade local e reforçada pelos meios de comunicação, que retrata os assentados “como violentos, ignorantes e dependentes do Estado”. Tendo em vista o resultado dos trabalhos percebe-se que existe ainda hoje um estigma ligada a pobreza e a marginalização com relação às famílias de assentados de reforma agrária. Desta forma, esse estudo buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: Frente a um cenário de preconceito e discriminação social com os assentados e suas famílias, como as cooperativas de crédito se apresentam?

De acordo com Silva e Nunes (2022), o Censo Agropecuário de 2017 indica que as cooperativas de crédito rural podem contribuir para reduzir a discriminação social e econômica dos agricultores familiares, oferecendo-lhes condições mais favoráveis de financiamento e inclusão financeira. Já Melo e Scopinho (2018), descobriram que algumas cooperativas de crédito desestimulam a estruturação cooperativa e por consequência apresentam problemas vinculados à falta de infraestrutura, inoperância e a burocratização da política, diferentemente da proposta cooperativa para produtores rurais que é o estímulo das redes de solidariedade e o desenvolvimento rural.

Sabe-se que o cooperativismo é fundamentado na ajuda recíproca, solidariedade, igualdade e democracia (Maffini *et al.*, 2020), além disso, assumem a responsabilidade social nas comunidades em que estão inseridas através

da promoção de valores éticos (Fernandez *et al.*, 2022). Com o fortalecimento da identidade cooperativa que se baseia nos princípios do cooperativismo, as cooperativas tornam-se atores sociais capazes de combater possíveis injustiças sociais (Nunes *et al.*, 2019). Tendo em vista a estigma que os assentados vêm recebendo, esse estudo tem como objetivo entender o papel das cooperativas de crédito na diminuição da discriminação e fomento ao crédito para as famílias assentadas no município de Júlio de Castilhos – RS.

Os objetivos específicos deste estudo são: analisar as percepções das famílias assentadas sobre o seu relacionamento com cooperativas de crédito e outros bancos; verificar se o cooperativismo de crédito propicia a diminuição da discriminação e como o fomenta o crédito entre as famílias assentadas no município de Júlio de Castilhos – RS.

Esse trabalho se justifica devido a importância do tema, pois estudar o papel das cooperativas de crédito na diminuição da discriminação e no fomento ao crédito para as famílias assentadas é importante para promover a inclusão financeira, combater a discriminação, impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável e buscar a transformação social nas áreas rurais. Além disso, são raros os estudos que verificam a relação entre cooperativas de crédito e aspectos sociais dos produtores assentados da reforma agrária, alguns estudos que analisam esses aspectos são Melo e Scopinho (2018) e Petry (2014), mostrando que ainda é necessária uma atualização dos estudos analisando aspectos referentes à atuação, podendo englobar aspectos pós-pandêmicos que podem ter influenciado essa relação.

Alguns benefícios potenciais para a realização deste estudo são: aprofundar a compreensão sobre o estigma das famílias assentadas e de como as cooperativas de crédito contribuem para reduzir a discriminação e oferecer serviços financeiros acessíveis; Serve para a identificação e adoção de melhores práticas que servem para criação de normativas adequadas para atender e apoiar as famílias assentadas; Fortalecimento das políticas públicas que englobam a reforma agrária no Brasil; Além de empoderar as famílias assentadas através do acesso a serviços financeiros adequados, elas podem investir em suas atividades produtivas, melhorar sua produtividade, renda e qualidade de vida, além de exercer maior controle sobre seu próprio desenvolvimento.

Existem ainda justificativas regionais, pois no Rio Grande do Sul existem diversas localidades com famílias assentadas e uma relevante presença de cooperativas de crédito, dessa forma, o estudo pode compreender as realidades sociais, econômicas e culturais, apresentando soluções contextualizadas. Cabe salientar que no Rio Grande do Sul as desigualdades socioeconômicas são desafios diários enfrentados pelas famílias assentadas e reduzir a discriminação é fundamental para combater essas desigualdades e garantir que as famílias assentadas tenham acesso igualitário a recursos, oportunidades e serviços

financeiros. Tendo em vista que os resultados desse estudo podem ser aplicados empiricamente por outras cooperativas e organizações que se relacionam com as famílias assentadas.

Referencial Teórico

O cooperativismo como ator social na diminuição da discriminação

O cooperativismo de crédito possui características que funcionam como catalisadores para promover mudanças sociais. Uma dessas formas é o acesso igualitário ao crédito, que é especialmente relevante no contexto dos assentamentos. Em alguns casos, os assentados enfrentam dificuldades para obter crédito rural devido a barreiras como a falta de documentação de posse da terra e, conseqüentemente, a falta de garantia; ausência de histórico de crédito; desconfiança relacionada ao estigma de ser assentado; e excesso de burocracia (MELO; SCOPINHO, 2018). Essas dificuldades podem afetar negativamente os agricultores familiares que não possuem a documentação formal de suas propriedades e, conseqüentemente, limitam seu acesso aos serviços financeiros necessários para investir e desenvolver suas atividades produtivas (ZENARATTI, 2021).

Outro aspecto relevante é a participação e governança democráticas. Esse sistema permite que as famílias assentadas se tornem membros da cooperativa, podendo participar das decisões. Segundo Silva e Nunes (2022), essa premissa promove a inclusão social e a participação igualitária, garantindo que as necessidades dos associados sejam consideradas e evitando práticas discriminatórias.

A educação financeira e capacitação são aspectos relevantes, uma vez que a oferta de programas de educação financeira e capacitação para as famílias assentadas permite que compreendam os mecanismos de crédito e tomem decisões financeiras, além de acessar os recursos disponíveis de forma eficiente (NUNES *et al.*, 2019).

De acordo com Silva e Nunes (2022), o apoio técnico e o acompanhamento, alinhados à educação financeira, podem ser oferecidos pelas cooperativas de crédito, fornecendo serviços especializados às famílias, como elaboração de planos de negócios, orientações para acesso a programas governamentais, treinamentos sobre técnicas agrícolas sustentáveis e outros tipos de suporte. Isso possibilita novas oportunidades e aumento de renda entre as famílias.

Além disso, as cooperativas de crédito podem facilitar o acesso a redes de colaboração, para que as famílias consigam comercializar seus produtos a preços justos (ANDRADE; MORAES, 2017; PETRY, 2014). Elas também podem compartilhar recursos com as famílias, como equipamentos, infraestrutura e conhecimento, visando melhorar a eficiência e reduzir custos.

De maneira geral, a literatura aponta que o cooperativismo de crédito pode

reduzir a discriminação enfrentada pelas famílias assentadas, ao proporcionar acesso igualitário ao crédito, promover a participação e governança democráticas, oferecer programas de educação financeira e capacitação, e fornecer apoio técnico e acompanhamento (MAFFINI *et al.*, 2020). Essas ações ajudam a garantir que as famílias assentadas tenham as mesmas oportunidades de acesso a recursos financeiros e apoio para desenvolver suas atividades laborais, diminuindo o estigma social associado aos assentamentos.

O cooperativismo como ator social no fomento ao crédito

Com relação ao fomento de crédito, as cooperativas de crédito, como o próprio nome sugere, podem oferecer acesso facilitado ao crédito para as famílias assentadas, de acordo com suas necessidades. Ao contrário das instituições financeiras tradicionais, que impõem requisitos rigorosos e burocráticos para a concessão de financiamento, as cooperativas podem adotar critérios mais flexíveis e personalizados, facilitando o acesso ao crédito rural para que as famílias assentadas possam financiar suas atividades agrícolas, investimentos, compra de equipamentos e outras necessidades relacionadas à produção (SILVA; FONSECA; SILVA, 2018; ALEXANDRE; OLIVEIRA, 2022).

De acordo com Gosch (2020), as cooperativas podem oferecer juros mais baixos e prazos de pagamento flexíveis, levando em consideração a sazonalidade das culturas agrícolas praticadas na região sul do Brasil, em comparação com as instituições financeiras. Isso ocorre porque as cooperativas são criadas sem fins lucrativos, onde os membros são os proprietários e beneficiários diretos dos serviços.

Um aspecto relevante é o compartilhamento de riscos, pois no modelo cooperativista, as famílias assentadas compartilham riscos e benefícios entre si. Nas cooperativas de crédito, as famílias assentadas se unem em uma organização que coletivamente assume riscos financeiros (MELO; SCOPINHO, 2018). Esse compartilhamento de riscos cria um ambiente de confiança mútua e solidariedade.

As cooperativas de crédito podem fomentar o crédito rural entre as famílias assentadas por meio do acesso facilitado ao crédito, flexibilidade nas condições de crédito e do compartilhamento de riscos. Segundo Fernandes *et al.* (2022), esse é um aspecto relevante que proporciona segurança e possibilita o desenvolvimento da agricultura familiar dentro dos assentamentos.

Método

Para cumprir com o objetivo proposto que é entender o papel das cooperativas de crédito na diminuição da discriminação e fomento ao crédito para as famílias assentadas no município de Júlio de Castilhos – RS, foi realizada uma pesquisa exploratória, descritiva e utilizou-se a abordagem qualitativa para compreender

a perspectiva das famílias assentadas sobre seu relacionamento com as cooperativas e bancos, o que permitiu conhecer suas experiências, opiniões, pontos de vista, posições e significados subjetivos a sua realidade (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Esse estudo é componente da pesquisa Cooperativismo e Agricultura Familiar, a qual foi submetida ao comitê de ética da Universidade Federal de Santa Maria e aprovada de acordo com o parecer número: 5.533.516. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas entre o período de fevereiro e abril de 2023 e seguiram as indicações do comitê de ética, desta forma só participaram da pesquisa pessoas que concordaram e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Participaram da pesquisa membros de 24 famílias assentadas, tendo em vista que o município de Julio de Castilhos conta com três assentamentos: Assentamento da Ramada, Assentamento Alvorada e Assentamento Santa Júlia.

O Assentamento da Ramada é constituído por famílias que ocuparam a Fazenda Anoni (Sarandi – RS), que foram realocadas pelo INCRA e em 1989 foi fundado o Assentamento da Ramada com aproximadamente 102 famílias, e lotes de aproximadamente 25 hectares (maiores devido a quantidade de mata nativa que deveria ser preservada) (PETRY, 2014). Do assentamento da Ramada, 11 famílias participaram da pesquisa (Respondentes de 1 à 11). O Assentamento Alvorada foi fundado em 1996, com a desapropriação da Fazenda Alvorada, que foi dividida em 72 lotes de aproximadamente 21,7 hectares, neste assentamento, das 72 famílias assentadas 7 participaram da pesquisa (Respondentes de 12 à 19) (PETRY, 2014).

O Assentamento Santa Julia se deu através da venda da Fazenda Santa Júlia para o governo através do INCRA e o Assentamento Santa Julia foi fundado em 1999, esse assentamento conta com 60 lotes com aproximadamente 19 hectares, deste assentamento das 60 famílias assentadas 8 participaram da pesquisa (Respondentes de 20 à 26). Totalizando às 26 famílias assentadas, tendo em vista que as escolhas das famílias se deram por meio de uma amostragem aleatória (PETRY, 2014).

Os entrevistados foram convidados a discorrer sobre seu relacionamento com as cooperativas de crédito e relacionamentos com outros bancos sobre temas que impactam na discriminação social como: dignidade, bem estar, civilidade, justiça, respeito, gênero, comunicação, moralidade e estima social. Da mesma forma foram realizados questionamentos sobre as formas de fomento de crédito envolvendo: gestão, liderança, marketing e comunicação. A análise ocorreu por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011), por meio da análise temática.

Após a análise das entrevistas pode-se condensar os depoimentos em duas categorias temáticas que é o cooperativismo como ator social na diminuição da discriminação e no fomento de ao crédito rural. Os resultados encontrados

são apresentados na sequência.

Discussão e Resultados

Os resultados do estudo serão discutidos de acordo com as categorias de análise. No entanto, para uma melhor compreensão dos achados, as categorias foram divididas em subcategorias. No caso da categoria “O cooperativismo como ator social na diminuição da discriminação”, ela foi subdividida em: acesso igualitário ao crédito agrícola, participação e governança democrática, educação e capacitação financeira, e apoio e acompanhamento técnico. Já a categoria “O cooperativismo como ator social no fomento de crédito” foi subdividida em: diminuição da burocracia, juros e prazos personalizados, e compartilhamento de riscos.

O cooperativismo como ator social na diminuição da discriminação

Nesta categoria, foram discutidos elementos que permeiam as relações sociais entre as cooperativas e os produtores assentados em Júlio de Castilhos-RS. Além disso, foram apresentadas comparações com o relacionamento que os assentados têm (ou tiveram) em outros bancos ou instituições financeiras.

Acesso igualitário ao crédito agrícola

O acesso igualitário ao crédito foi uma conquista adquirida pelos produtores agrícolas que foram assentados no município. Isso ocorre devido às dificuldades de acessar o crédito em função da ausência do documento de propriedade da terra e/ou da inexistência de imóveis ou outra forma de garantia para vincular nos financiamentos rurais (ZENARATTI, 2021). Para atender a esse perfil de cliente, um dos bancos estatais criou uma estratégia de proporcionar uma linha de crédito para os assentados por grupo de risco. Esse tipo de financiamento reunia 5 famílias e/ou produtores, e todos eram avalistas uns dos outros. Assim, se alguém não conseguisse cumprir com suas obrigações, todos acabariam negativados e impedidos de adquirir crédito rural novamente.

Tendo em vista que se tratam de famílias humildes que tinham acabado de adquirir seus terrenos e não tinham garantias, esse método de financiamento tornava-se abusivo. Como um agricultor que busca financiamento para sua produção agrícola conseguiria assumir a dívida de um ou dois outros produtores que poderiam ter passado por algum infortúnio? A maioria das famílias entrevistadas relata que essa forma de crédito era abusiva e acabou prejudicando grande parte das famílias assentadas, como relatam os Respondentes 1 e 24.

No banco estatal se o cara tá bem eles conseguem (ajudar) e não depende só deles... na questão financeira eu peguei financiamento ano passado porque antes tava de avalista de uns caras aí, daí não conseguia pegar dinheiro e toda hora tavam me ligando pra ajudar limpar o nome pra

Alberti et al.

financiar. Aí a questão do nome... se está limpo tem como eles brigarem pra te dar um recurso. Mas na cooperativa eu financiei esse robô... quando limpei o nome eles deram um jeito de financiar, mas antes, mesmo quando não tava com o nome limpo nunca me cortaram nada (Respondente 1).

No banco estatal a gente tinha uma negociação até um certo limite, no começo quando a gente foi assentado aqui, a gente adquiriu um recurso que tinha que ser um grupo de 5. Aconteceu, tenho prova disso, no banco estatal, que to pagando dívida de 3 caras lá pra eu poder limpar meu CPF e negociar com a cooperativa de crédito. Na cooperativa de crédito eu sempre que fui lá me atendeu de portas abertas, os funcionários são excelentes, são grandes amigos do cara, ajudam o cara de uma forma... praticamente um pai... tudo que consegui hoje, casa... carro... trator... a gente pegou recurso da cooperativa de crédito pra pagar. A cooperativa de crédito foi o melhor banco que trabalhei até hoje (Respondente 24).

Não somente a dificuldade de acesso ao crédito, mas mesmo o atendimento é percebido pelos assentados como diferenciado, tendo em vista que nos bancos estatais eles se percebem sem relevância para o banco, já na cooperativa são tratados como dignidade e igualdade como relata o Respondente 7.

Eles nos tratam de maneira educada na cooperativa, eles primam muito pelo bom atendimento né, então assim se tu pegar os funcionários da cooperativa, todos eles são tem uma cordialidade assim são bem, mas vai em certo os bancos estatais não é todos é uma das regras que eles têm né dos funcionários atender bem saber se cordial então isso não é problema dentro do supremo quando tu vai ser atendida na cooperativa tu se percebe alguém de igual valor como qualquer outro cooperado lá dentro no atendimento (Respondente 7).

Os relatos dos Respondente 1, 24 e 7 resumem muitas das experiências das famílias entrevistadas, que em função do formato de financiamento do banco estatal os agricultores assentados foram impedidos de conseguir financiamento rural. E foi nas cooperativas de crédito que esses agricultores e suas famílias encontraram uma oportunidade de melhorarem de vida e diminuírem as barreiras impostas pelos bancos estatais para conseguir um custeio agrícola. A seguir estão alguns relatos que reforçam essas indicações.

Olha dos bancos assim que eu trabalhei, eu acho que o melhor banco voltado para agricultura né, para quem quer desenvolver né, pelo menos o gerente ali, liberou o financiamento para esse galpão aqui ó, se ele não acredita-se em mim e no meu irmão não tinha financiado não tinha isso aqui né, então assim ó, a cooperativa é um banco que é voltado para agricultura é familiar né, e até os grandes também né que produzem, o

que importa é que produz né, então assim ó melhor dos bancos que eu trabalhei né, porque assim ó, tem os bancos estatais que os cara ficam parado, atende um, dois cliente por manhã e deu, fica lá e eles nem preferem que tu vai lá para pedir financiamento. Então tem coisas assim né, na cooperativa talvez eles dão mais atenção, atende bem então assim eu nunca fui mal atendido, sempre fui bem atendido na cooperativa (Respondente 5).

A cooperativa de crédito que ajudou os produtores familiares (autorreferência) e depois foram se expandindo uma das pioneiras né que começou e começou com os pequenos que os grandes ficaram tudo no banco estatal (Respondente 19).

No banco que a gente tinha esse problema era a peste, a sorte que na cooperativa de crédito para pegar crédito rural como a gente sempre foi bem né, lá nos receberam super bem tanto que agora esse que a gente teve o problema do desse avalista que quando nós encerramos nós temos um financiamentos que nós já fomos produtores de leite há uns anos atrás aí a gente tinha aqueles investimentos que é para 10 anos que tu faz aí esse ano de 2022 a gente terminou a última parcela encerramos a conta lá naquele banco né não queremos mais nem entra lá dentro que não vale a pena (Respondente 12).

Vamos dizer que sim, acho que sim... acho que tem uns funcionários que se esforçam pra vender pra gente, porque tinha uma época que a gente não tinha crédito “nós sabemos que vocês são trabalhadores...” se não fossem as cooperativas e as firmas... logo no início principalmente nós não conseguíamos plantar nada (Respondente 22).

Com base nos relatos apresentados, fica evidente que as cooperativas de crédito da região desempenham um papel fundamental para viabilizar as atividades agrícolas dos assentados. O acesso ao financiamento por meio dos bancos estatais era restrito para aqueles que estavam iniciando suas atividades agrícolas por meio da reforma agrária. Nesse sentido, as cooperativas de crédito se mostraram essenciais ao oferecerem possibilidades de financiamento mais acessíveis e adequadas às necessidades dos assentados.

Além disso, o atendimento recebido pelos assentados nas cooperativas de crédito foi relatado como positivo, em contraste com a indiferença e tratamento impessoal experimentado nos bancos estatais. Nas cooperativas, os assentados se sentiram ouvidos e tiveram suas dificuldades documentais e restrições levadas em consideração. Essa abordagem mais inclusiva e atenciosa por parte das cooperativas contribuiu para o sucesso das famílias assentadas na agricultura.

Esses resultados contradizem as sugestões apresentadas no estudo de Melo

Alberti et al.

e Scopinho (2018), que apontam para dificuldades no acesso a diversas linhas de crédito. Pelo contrário, foi constatado que as cooperativas oferecem acesso a uma variedade de linhas de crédito e têm fortalecido seu relacionamento com os agricultores assentados, demonstrando atenção às suas necessidades individuais e coletivas.

Conforme mencionado por Silva (2017), os agricultores assentados da reforma agrária merecem respeito e compreensão de que suas características são diferentes daqueles que estão estabelecidos nos municípios há gerações. Portanto, é essencial que o atendimento prestado a eles seja realizado com uma compreensão social, auxiliando as famílias assentadas a obter um bom desempenho na agricultura e nos negócios. Essas considerações destacam a importância das cooperativas de crédito como uma alternativa viável e benéfica para os assentados, proporcionando acesso igualitário ao crédito agrícola e um atendimento mais adequado às suas necessidades e realidades.

Participação e governança democrática

A participação e governança democrática são pontos relevantes para os assentados e suas famílias, pois proporcionam a eles voz para dialogar com a cooperativa sobre suas demandas e particularidades (SILVA; NUNES, 2022). É importante fazer um paralelo entre as percepções obtidas em relação à participação em bancos estatais e cooperativas de crédito, com as quais os assentados têm relacionamento.

Os assentados que possuem contas em bancos estatais relataram que se sentem como clientes comuns e percebem que aqueles que possuem mais dinheiro recebem um atendimento personalizado e outras vantagens. Isso é evidenciado nos relatos dos Respondentes 16, 20 e 21, respectivamente “No banco sou uma cliente, mas nada que eu tenha abertura”, “Aqui em Julio não, aqui principalmente quem tem mais dinheiro é tratado de modo diferenciado, até na fila de atendimento” e “O banco é uma empresa qualquer, onde não existe uma troca onde falamos o que queremos, lá é o que eles querem oferecer”. Nesse contexto, entende-se que as famílias assentadas não se sentem acolhidas nos bancos estatais.

Por outro lado, no sistema cooperativista, é difundido que os associados têm voz ativa e podem participar das discussões e demandas. Nas cooperativas de crédito, as famílias assentadas encontram espaços para discutir suas demandas, seja nos atendimentos, assembleias ou encontros promovidos pela cooperativa. Isso possibilita uma compreensão mais abrangente da situação das famílias e a criação de estratégias de atuação. Os respondentes 6 e 25 resumem em suas falas o que muitas famílias acreditam que acontece em relação à participação e governança democrática na cooperativa.

Eles levam em consideração o que a gente fala pq eles conhecem aqui,

sabem mais ou menos como funciona, já vieram aqui, e acho que ainda é um dos melhores atendimento que tem (Respondente 6).

O tratamento de todos é parelho, sempre vi tratamento igual, mesmo quando a gente faz um pedido eles discutem para tentar resolver nosso problema de algum jeito (Respondente 25).

Os relatos dos respondentes 6 e 25 deixam claro que a cooperativa, por meio de diferentes espaços, ouve os associados. No relato do respondente 25, percebe-se que a cooperativa é ativa na comunidade, pois já realizou visitas aos assentamentos. Isso se deve também ao fato de proporcionar aos jovens filhos dos assentados oportunidades de trabalho na cooperativa, o que aproxima ainda mais os assentados da cooperativa.

A diferença na percepção da participação e governança entre bancos estatais e cooperativas de crédito reforça a importância das cooperativas como uma alternativa mais inclusiva e democrática para os assentados e suas famílias, proporcionando um ambiente onde eles podem se expressar e ter suas demandas atendidas.

Nesta subcategoria, entende-se que os assentados compreendem a diferença entre se relacionar com uma cooperativa de crédito e um banco estatal, no sentido de que um banco não consegue estabelecer um diálogo, enquanto na cooperativa são levadas em conta as características dos assentados nas decisões e modelos de crédito oferecidos. Isso diverge dos resultados de Silva e Nunes (2022), que indicam que no censo agropecuário de 2017 houve uma baixa participação de agricultores familiares em cooperativas, sugerindo que a região estudada pode apresentar um panorama diferente do encontrado no restante do Brasil.

Educação e capacitação financeira

Um aspecto relevante para os assentados é a educação e capacitação financeira, devido às diferenças nas transações financeiras decorrentes da atividade agrícola (MAFFINI *et al.*, 2019). Por isso, muitos assentados precisam de orientação financeira, especialmente nos primeiros anos de gestão da propriedade, para evitar contratemplos. Portanto, os respondentes foram incentivados a relatar se existe algum tipo de palestra, encontro ou atividade semelhante para capacitá-los em aspectos financeiros.

É importante ressaltar que entre os assentados que possuem contas em bancos, não há esse tipo de capacitação, como relata a Respondente 22 sobre tirar dúvidas: «Se você for lá e correr atrás... às vezes tem que esperar um mês pela resposta deles...». Esse relato deixa claro que esse não é o objetivo dos bancos estatais. Já em relação às cooperativas de crédito, vários relatos indicam que há uma tentativa de realizar encontros e palestras para os associados, mas muitos

Alberti et al.

afirmam que não participam, sendo os principais motivos o horário em que as palestras e eventos ocorrem, geralmente durante o dia, no horário de trabalho.

Outro motivo é que o assunto não é tão atrativo, como indicam os relatos dos Respondentes 11, 12, 24 e 23, respectivamente: “Eles têm encontros, eles buscam os associados para divulgar, por exemplo, produtos financeiros”, “Há algum tempo atrás até faziam, agora, por causa da pandemia, faz tempo que não tem tido muito, essa parte eu achava bem interessante e importante”, “Tem encontros sim, sobre as melhores linhas de crédito...”.

Eu acho que sim, quando tem eventos, a gente participa pouco pela falta de tempo, as vezes não dá certo os horários... a gente que lida com leite é mais difícil, mas eles sempre falam, convidam, a gente quase não vai, mas eu gostava de ir, palestra, coisa..., mas como fica só nós dois durante a semana fica difícil de ir (Respondente 23).

Em comparação com os bancos estatais, as cooperativas de crédito são muito mais atuantes na educação financeira de seus associados que fazem parte de assentamentos, mas ainda é necessário mostrar a validade dos ensinamentos transmitidos. Percebe-se que durante a pandemia esses encontros ficaram mais escassos, mas espera-se que as cooperativas retomem as atividades educacionais em breve, pois a maioria dos entrevistados mostrou interesse nessa retomada.

Segundo Silva e Nunes (2022), é importante que os agricultores familiares que compõem os assentamentos possam compreender melhor suas transações financeiras e obter melhores resultados na agricultura. Nunes *et al.* (2019) reforçam que as cooperativas de crédito devem contar com uma equipe qualificada para que os associados recebam um atendimento de qualidade e aprendam sobre aspectos desconhecidos das transações financeiras.

Apoio e acompanhamento técnico

O apoio e acompanhamento técnico se diferencia da educação na medida em que é a aplicação dos ensinamentos na realidade das famílias assentadas. O apoio e acompanhamento técnico verificado aqui podem até mesmo ser fornecidos nas visitas dos agricultores às agências, seja de algum banco ou cooperativa, com o objetivo de instruir o assentado a atingir seus objetivos financeiros de investimento ou financiamento.

Com relação ao apoio e acompanhamento técnico recebido de bancos estatais, são levantadas algumas questões. A fala da Respondente 21 indica que existem mais barreiras nessa questão, como “quando a gente vê negócio de financiamento, eles tratam melhor os homens do que as mulheres, eles fazem esse meio de campo deles aí... e eu sou uma que se tiver que chegar lá e brigar pelos meus direitos eu brigo, eu não quero saber...”. Dessa forma, fica evidente

que existe um relacionamento conturbado, que também reflete o que as demais famílias relatam, que é a dificuldade em obter um acompanhamento adequado.

Com relação à cooperativa de crédito, as respostas foram diferentes. O Respondente 25 relata: “sempre que acontece alguma coisa, eles me dão um suporte, não importa o assunto... eu cheguei no meu direito e eles resolveram facinho, até tomei um café pra resolver o assunto”. Percebe-se, assim, que existe um esforço para que o associado fique satisfeito com o apoio e acompanhamento técnico da cooperativa. O Respondente 23 reforça que “parece que estão mais participativos um pouco. Tem dias que eles vêm ver a lavoura, tem dias que a gente não pede pra eles e aparece gente pra ver a lavoura, acho que estão mais prestativos”. Nesse caso, até ocorrem visitas para reforçar os laços entre o cooperado e a cooperativa.

No entanto, em uma situação, uma associada relatou uma situação delicada devido à contratação de um consórcio juntamente com um financiamento, o que desagradou a associada. De acordo com a Respondente 11, “fiz uma negociação que colocaram um consórcio, me fizeram comprar junto com o custeio, só que isso me gerou uma dor de cabeça, isso falta eles explicarem melhor”. Percebe-se que produtos financeiros precisam ser melhor compreendidos pelos assentados, para evitar que ocorram situações incômodas, especialmente em relação a seguros, consórcios, seguros prestamistas, taxas de manutenção de contas e outras cobranças que ocorram durante a contratação de financiamento ou na conta do associado.

Para Maffini *et al.* (2020), o apoio e acompanhamento técnico são relevantes para que os agricultores familiares atinjam resultados significativos na agricultura. No estudo de Silva (2017), o autor reforça que as famílias recebem apoio de movimentos sociais como o MST, porém, é necessário que atores sociais como as cooperativas assumam sua função como influenciadores e promovam a igualdade dentro da agricultura, diminuindo o estigma social que paira sobre os assentamentos.

O cooperativismo como ator social no fomento ao crédito

Nesta categoria foram agrupados aspectos mais organizacionais do relacionamento entre as cooperativas de crédito e as famílias assentadas, como a diminuição da burocracia nas atividades financeiras, a existência de juros e prazos personalizados e o quanto os associados compreendem o compartilhamento de riscos.

Diminuição da burocracia

A burocracia é um dos aspectos que mais atrapalha os assentados na hora de adquirir algum crédito rural devido aos documentos da posse da terra, por isso esse ponto torna-se extremamente relevante para a discussão, mas não

Alberti et al.

só isso, como outras funcionalidades financeiras também estão atreladas à burocracia. Nesta análise, inicialmente são apresentadas as experiências em bancos estatais e, em seguida, as experiências com cooperativas de crédito.

As experiências dos assentados com bancos estatais mostram como o estigma de fazer parte de um assentamento reflete até mesmo nas relações institucionais, como relatam os Respondentes 1, 7 e 21 a seguir.

Um lugar que a gente ia e os caras não queriam ajudar e complicavam era no banco estatal[...] tinha um vivente lá que pelo amor de Deus... aquele era uma nuvem negra, como diz o outro. Podendo estragar... ele não gostava dos assentados. Eu sentia que ele implicava com tudo. Não tentava ajudar (Respondente 1).

Meu atendimento no banco estatal, os caras te enrolam, tu larga um documento lá e eles botam lá na gaveta, lá no fundo. Uma vez aqui no banco, eu precisava renovar um cadastro da mulher e levou um mês e pouco para fazer, até que um dia eu fui lá eu falei "escuta eu preciso resolver isso", aí ele me chamou o gerente e eu disse "escuta, vocês acham que o cara tá sem fazer nada, eu precisando do financiamento e só precisava renovar o coisa e já faz um mês e meio que tá aí um documento e eu não consigo isso aí para mim poder encaminhar o financiamento lá eu preciso e aí como é que eu vou fazer um financiamento aqui!", daí o gerente chamou o cara e pediu agilidade pra liberar o projeto, tem que tá em cima, fazer e cobrar também, eles são desleixado com o cara (Respondente 7).

No Banco, a primeira coisa que querem te empurrar é seguro de vida, mas eles nunca explicam na realidade que a gente não é obrigado a contratar seguro, eles que são obrigados a vender. Eu já briguei muito por isso, já briguei no banco, já fiz me devolver dinheiro, fiz o maior barraco... fiz o financiamento e tavam cobrando 3 seguros de vida "mas como que tá sumindo dinheiro da minha conta?" fui lá dentro ver não mas você tem 3 seguros de vida ativos" "mas pode cancelar tudo isso aí e eu quero todo um dinheiro de volta" briguei e tiveram que devolver meu dinheiro de volta, e tiveram que me devolver (Respondente 21).

Com base nas experiências e tendo em vista que são assentados de diferentes assentamentos, é possível perceber que existe uma falta de diálogo e um descaso com os produtores que fazem parte dos assentamentos, na medida em que suas demandas são deixadas em segundo plano pelos bancos estatais, e muitas vezes produtos financeiros são "empurrados" junto com financiamentos agrícolas, sem nem mesmo eles estarem cientes. O que é percebido também no estudo de Alexandre e Oliveira (2022), refletindo o atendimento recebido em outros estados brasileiros.

No caso das cooperativas de crédito, foi possível perceber algumas diferenças,

como mostram os relatos dos Respondentes 12, 13 e 17, que resumem muitas das respostas a esse respeito.

Sim, eles mudaram o sistema de atendimento para os agricultores agora tem um setor separado lá na cooperativa e antes a gente ficava muito tempo ali esperando nas mesas para ser atendido né tinha os atendentes específicos para o agricultor só que era muito muita gente que ia lá e no fim tinha outros que queriam ser atendidos por eles aí agora tem um setores isolado lá no fundo que tu nem pega a ficha tu chega e vai direto lá sabe ficou bem bom esse sistema às vezes tu tem que esperar um pouquinho né porque tem alguém na tua frente mas ficou bem melhor e mais rápido (Respondente 12).

A gente chega lá e pega a senha, mas quando chama..., eu normalmente quando tem alguma coisa é no whats mesmo, nem vou lá, é rapidinho, a gente já tem relacionamento com eles então é tudo fácil (Respondente 13).

Quando eu percebo que não vou alcançar minhas contas, eu vou lá sentar com os cara lá e contar na história quanto, quando tu precisa entrar na tua conta, isso é uma preocupação né, da cooperativa comigo é uma atenção, os caras organizam tudo e conseguem resolver sem muita papelada (Respondente 17).

Os relatos dos Respondentes 12, 13 e 17 representam grande parte das famílias que participaram desta pesquisa, mostrando que a cooperativa tenta facilitar o acesso e desburocratizar os atendimentos, seja através de atendentes específicos para os produtores, atendimento online ou agilidade em solucionar os problemas que os produtores possam vir a ter de forma ágil e prática.

Para Silva, Fonseca e Silva (2018), as particularidades dos assentamentos rurais devem ser observadas para que as demandas desses agricultores sejam atendidas e recebam um atendimento digno. Tendo em vista que a burocracia atrasa o desenvolvimento da agricultura dentro dos assentamentos, é perceptível que as cooperativas de crédito, neste caso, são responsáveis por organizar os encaminhamentos de documentação de forma a agilizar o processo, onde bancos estatais estão muito aquém em relação à agilidade e atendimento aos agricultores assentados.

Juros e prazos personalizados

Juros e prazos personalizados em financiamentos agrícolas no Rio Grande do Sul possuem uma estrutura devido ao clima temperado que possui as quatro estações definidas, porém no estudo buscou-se explorar se existe mais alguma possibilidade que a cooperativa disponibiliza aos cooperados. Mais da metade dos entrevistados afirmaram que os financiamentos agrícolas na cooperativa

Alberti et al.

possuem juros mais elevados do que nos bancos estatais, porém, devido ao atendimento e agilidade, optam por continuar realizando seus custeios na cooperativa, como relatam os assentados a seguir.

Se eu ir lá pedir assim um produto para mim pagar na safra, ó hoje não tenho dinheiro assim, ó tem como prolongar para lá, então assim eu tenho confiança né, e aí você acredita em mim porque assim, eu já tenho aquela ficha né, eles olha aquela ficha também né, então bom esse cara aqui é bem conhecido sempre né tá tranquilo né (Respondente 5).

Talvez eles cobrem algumas coisas a mais, muito seguro prestame lá, que eles colocam junto nos financiamentos né, que às vezes tu assina sem nem saber o que que é que tu tá assinando, essa parte eles pecam um pouco né, mas de restante a gente tá satisfeito (Respondente 12).

Olha, taxa cara eles sempre oferecem, mas se oferecem para mim, a mesma vai ser oferecida para outro oferecido para o outro né, daí não tem diferença, daí eu escolho pelo atendimento (Respondente 19).

Na questão do trator, que na verdade financiei pela Valtra, e faltou dinheiro, fui mal de safra, daí pedi um dinheiro lá, um socorro que se diz né e agilizaram pra mim (Respondente 24).

O atendimento sim... questão de juro por exemplo é mais caro em juro do que o do banco estatal, mas como falei.. questão de juro as vezes é um pouco mais alto, prazo mais curto... mas precisei eu só ligo á pros piás e é tranquilo (Respondente 26).

Diversos elementos são apresentados nas falas, como já foi apresentado anteriormente, os juros parecem ser mais caros na cooperativa, mas em decorrência da agilidade e bom atendimento, a cooperativa torna-se responsável por realizar o financiamento agrícola de grande parte dos assentados. Com relação a prazo, a cooperativa também mostra-se disponível a diálogo com os assentados, pois quando existe a necessidade de reorganizar algum prazo, os agricultores que entraram em contato com a cooperativa conseguiram reorganizar seus prazos.

Outra questão que foi pontuada durante este estudo e que permeia as atividades de financiamento são os seguros, e essa discussão reaparece novamente quando é abordada alguma flexibilização de juros e prazos. Cabe aqui uma indicação para estudos futuros, para que possam explorar esse tema com profundidade e verificar a necessidade de tais seguros para os produtores rurais. Para Gosch (2020), é relevante proporcionar aos assentados possibilidades de modificação de prazos e juros mais atrativos, tendo em vista que, em especial nos

primeiros anos, eles detêm poucos recursos próprios para iniciar suas atividades.

Compartilhamento de riscos

O compartilhamento de riscos refere-se ao princípio fundamental do modelo cooperativista, onde os seus membros reúnem-se para minimizar o impacto das incertezas e dos eventos adversos que podem afetar suas atividades financeiras, no caso da cooperativa de crédito. Desta forma, buscou-se compreender como os produtores percebem esse compartilhamento de riscos, por comporem o corpo de associados das cooperativas de crédito.

Para o Respondente 7, na cooperativa “eles reconhecem as tuas habilidades profissionais e o teu trabalho, eles reconhecem porque eles dependem disso né, eles dependem do agricultor ela nasceu para juntar os produtores”, e assim como muitos outros produtores que vivem no assentamento, existe uma clareza da sinergia da cooperativa com a agricultura. Outro relato que fortalece a consciência é do Respondente 4, “[...] o associado também tem que andar bem aqui, porque senão quebra né, tem que andar os dois juntos”, mostrando interesse genuíno de que tanto a agricultura quanto a cooperativa obtenham bons resultados.

O Respondente 5 aponta uma situação que ocorreu durante o período de seca, que impossibilitou o encaminhamento do Proagro³.

A cooperativa é séria né, o que dá para fazer eles fazem né, nos últimos anos se não é uma ajuda assim também é para lascar né, eu até ano passado que é por causa que é que eu não eu nunca tinha pedido Proagro né, e daí eu botei uma data lá e eles botaram lá e por causa de quatro dias eu não pude financiar o Proagro né, mas é que foi errado ali, porque não é eles que julgam, é lá em cima né, ele só encaminha lá daí é depois os caras, só que a seca por causa de três quatro dias não ia mudar nada também né, só que ela é as leis deles é aquela lá (Respondente 5).

O Respondente 5 aponta uma situação que ocorreu durante o período de seca, que impossibilitou o encaminhamento do Proagro. Percebe-se que, mesmo em dificuldades, a cooperativa buscou atender o Respondente 5. Mesmo quando não foi possível encaminhar sua demanda, o cooperado percebeu que não foi por má vontade da cooperativa, e sim em função de uma legislação própria. De forma similar, no caso do Respondente 12, percebe-se que a cooperativa buscou minimizar o impacto da seca na agricultura de diversas formas: “Que nem o ano passado que eles nos deram descontos né, que o governo proporcionou, nos

³O nome “Proagro” é uma abreviação de Programa de Garantia da Atividade Agropecuária. Ele foi estabelecido pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, e é operacionalizado pelo Banco Central do Brasil. O Proagro é um programa criado pelo governo brasileiro com o objetivo de oferecer proteção aos agricultores contra eventos adversos que possam prejudicar a produção agrícola, tais como fenômenos climáticos, pragas, doenças e outros riscos que estejam fora do controle do produtor rural.

Alberti et al.

ajudaram a encaminhar mais uns papéis”, mostrando a atenção da cooperativa aos associados.

Para Melo e Scopinho (2018), é relevante que as cooperativas consigam dar suporte para as famílias assentadas, de forma a promover a agricultura e, por consequência, fortalecer as relações financeiras com a cooperativa. Silva (2017) reforça que os assentamentos já são criados com um espírito de união, então seria natural que a integração ao cooperativismo fosse um processo tranquilo, como mostra-se ser através dos relatos.

Considerações Finais

Esse estudo teve como objetivo entender o papel das cooperativas de crédito na diminuição da discriminação e no fomento ao crédito para as famílias assentadas no município de Júlio de Castilhos – RS. Tendo em vista a discussão apresentada neste estudo, é possível compreender preliminarmente que as cooperativas de crédito às quais os assentados e suas famílias são associados são uma das principais causas do assentamento ter obtido bons resultados na agricultura, pois proporcionaram aos agricultores um acesso ao crédito igualitário, levando em consideração algumas barreiras burocráticas impostas sistematicamente aos assentados.

Percebe-se que os assentados possuem voz ativa dentro das cooperativas de crédito, o que reforça a ideia de que existe participação e governança democráticas. Além disso, a educação e a capacitação financeira propostas pelas cooperativas fornecem aos associados novas perspectivas e conhecimentos, seja por meio de atendimentos, palestras ou eventos. No entanto, é necessário reavaliar os temas para torná-los mais atrativos e motivar uma maior participação dos associados, levando em consideração os melhores horários e dias da semana.

Alinhado à educação, mesmo que o apoio e o acompanhamento técnico tenham sido elogiados, ainda existe espaço para melhoria, especialmente no que se refere à transmissão de informações sobre produtos financeiros para os associados. Assim como as famílias assentadas reclamaram dos bancos estatais, esse foi um ponto levantado também em relação à cooperativa. Dessa forma, cabe à gestão reavaliar como essas informações são transmitidas e compreendidas, e repensar se esses produtos não afastam mais do que agregam benefícios para a cooperativa e para seus associados. Já se indica aqui que esse é um tema relevante para pesquisas futuras.

Voltando-se aos aspectos mais organizacionais da relação entre cooperativas e agricultores assentados, é possível perceber que a burocracia empregada, especialmente nos financiamentos rurais, é muito menor do que a presente nos bancos estatais. Isso faz com que os agricultores assentados, mesmo pagando juros maiores, acabem optando por financiar suas atividades agrícolas nas cooperativas, em vez de nos bancos. Alinhado a essa escolha, percebe-se que

as cooperativas conseguem personalizar, em caso de necessidade, os prazos dos financiamentos.

Entende-se que os entrevistados se mostram conscientes sobre o compartilhamento de riscos, e esse entendimento permite que eles estejam dispostos a trabalhar com a cooperativa para que todos os associados tenham um desempenho melhor conjuntamente e de forma genuína. Ao analisar as entrevistas, percebe-se que o cooperativismo de crédito na região de Júlio de Castilhos – RS consegue diminuir a discriminação em relação aos assentados e suas famílias, na medida em que abre espaço para diálogo com esses produtores, ouve suas demandas, oferece um atendimento digno que eles merecem, promovendo assim a justiça social.

É necessário constatar que, mesmo que este estudo tenha apresentado resultados positivos nesta relação, outros estudos devem investigar as relações com outras organizações, como o Incra, MST, governos locais e outras entidades, para entender como cada uma dessas organizações influencia e pode colaborar com o progresso dos assentamentos de reforma agrária. Outra questão relevante é o estudo de como os produtos financeiros, como seguros e consórcios, podem fortalecer ou destruir os relacionamentos dentro das cooperativas de crédito.

Referências

ALEXANDRE, M. C. L. G.; DE OLIVEIRA, L. G. dos S. O racismo ambiental enquanto conflito socioambiental e territorial: um estudo do assentamento Juazeiro no sertão paraibano. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 2, p. 407-421, 2022.

ANDRADE, A. G. de S.; MORAIS, N. A. de. Avaliação do atendimento recebido no CRAS por famílias usuárias. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 378-392, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro, 1ª edição, 3ª reimpressão, São Paulo: edições 70, 2011.

DAVID, M. B. de A.; WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. **Estudos Avançados**, v. 11, p. 51-68, 1997.

FERNANDES, T. M. *et al.* Análise da satisfação dos funcionários, cooperados de uma cooperativa de Santa Maria-RS. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 17, 2022.

FIALHO, L. **Desapropriação: o que é e como funciona?**. Jusbrasil, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/desapropriacao-o-que-e-e-como-funciona/1308093924>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Alberti et al.

GOSCH, M. S. A Criação dos Assentamentos Rurais no Brasil e seus Desafios: algumas Considerações sobre Cerrado Goiano. **RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, 2020.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Módulo Fiscal**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MAFFINI, M.; WAKULICZ, G. J.; ALBERTI, R. Análise da fidelidade dos associados em uma cooperativa central do Rio Grande do Sul através do modelo sueco. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, p. e2439129200-e2439129200, 2020.

MELO, T. G. de; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade e Estado**, v. 33, p. 61-84, 2018.

NUNES, A. de F. P. *et al.* Influência da identidade organizacional dos colaboradores de uma cooperativa de crédito da região central do rio grande do sul em relação aos princípios do cooperativismo. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, p. 1-16, 2019.

PETRY, D. G. **Análise dos assentamentos de Júlio de Castlhos/RS: implicações sociais, ambientais e a qualidade de vida dos assentados**. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5ª Edição, editora penso, 2013.

SILVA, M. A. R. B. da. **Questão agrária e luta pela terra: a consolidação dos assentamentos de reforma agrária do MST no Distrito Federal e entorno**. 2017, 266 f. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Política Social), Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, A. C. S.; FONSECA, A. A.; SILVA, C. A. Geografia dos assentamentos rurais e a reforma agrária no município de Francisco Sá-Norte de Minas. **Revista Cerrados (Unimontes)**, v. 16, n. 2, p. 174-188, 2018.

SILVA, R. M. A. da; NUNES, E. M. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, 2022.

ZENERATTI, F. L. O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária. **Revista Katálysis**, v. 24, p. 564-575, 2021.